

FE/BEU/124/2019

Porto Alegre, 10 de abril de 2019.

Senado Federal
À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

Em 14/5/19

Exmo. Sr. Davi Alcolumbre

Senadora da República – DEM/AP

Junte-se ao processado do
PLS

nº 60, de 2016.

Em 14/5/19

A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – **FECOMÉRCIO-RS**, ao cumprimentá-lo, manifesta posicionamento favorável ao PLS 60/2016, de sua autoria. O projeto altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem.

Plínio Valério
Sen. Plínio
Valério

Atualmente, existem distorções graves no sistema de cobrança de direitos autorais em razão da disponibilização de televisores e rádios nos quartos de hotéis, motéis, pousadas e similares. A cobrança pelo ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) de retribuição autoral pelo uso de obras audiovisuais em quartos de meios de hospedagens é ilícita, porquanto o Artigo 23 da Lei Geral do Turismo suprimiu, após sua entrada em vigor, a obrigação imposta outrora pelo Artigo 68 da Lei nº 9.610/1998. Desse modo, a retribuição autoral somente é devida nas áreas comuns dos empreendimentos e não no interior das unidades habitacionais.

Em paralelo, verifica-se que o cálculo para apuração da taxa de retribuição autoral a ser cobrada dos meios de hospedagem está dissonante dos princípios e regras estabelecidos na própria Lei Autoral. Por essa razão, seria imprescindível uma análise, concomitante à da ilicitude da cobrança da taxa autoral, sobre a licitude dos critérios adotados arbitrariamente pelo ECAD. Ademais, é importante destacar que o Egrégio Superior Tribunal de Justiça vem entendendo não ser devido o pagamento da referida retribuição de obras artísticas disponibilizadas por meio de TV e rádio por assinatura, sob pena de cobrança dúplice pelo mesmo fato gerador.

Nesse sentido, a Fecomércio-RS avalia a proposição como muito positiva. Avaliamos, no entanto, que ela foi incrementada com as alterações propostas pelo Sen. Antonio Anastasia, em relatório emitido na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cujo teor deve ser recuperado para que a proposição atenda plenamente seus objetivos. O referido relatório garante maior segurança jurídica no que diz respeito à cobrança de direitos autorais em áreas privativas, pois explicita a regra também na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

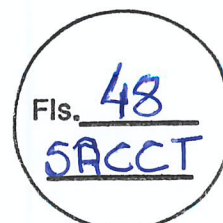




Diante do exposto, solicitamos apoio do senador para a aprovação da proposta. Agradecemos a atenção dispensada e manifestamos nossas considerações.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Bohn
Presidente do Sistema Fecomércio - RS



Brasília, 13 de maio de 2019.

Senhor Luiz Carlos Bohn, Presidente do Sistema
Fecomércio-RS,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do
FE/BEU/124/2019, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do
Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do
Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2016,
que *"Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a
utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de
hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades
representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus
repertórios"*.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

